

Ações afirmativas e imprensa no Brasil: o enquadramento dado as cotas raciais em *Veja*

Cleyton Lutz¹
Renato Nésio Suttana²

RESUMO: As ações afirmativas para o ingresso no ensino superior público brasileiro têm sido adotadas pelas nossas universidades desde 2002. De lá para cá a adesão das instituições estaduais e federais a tais políticas aumentou ano a ano, tendo como importante marco a criação da Lei de Cotas, há três anos. Dessa forma, o presente trabalho visa analisar o modo como à revista semanal *Veja*, publicação do gênero mais antiga em circulação e de maior tiragem no país, trata as ações afirmativas em suas edições publicadas entre 2008 e 2012. Para isso nos valem da análise de conteúdo da publicação, através da identificação da frequência com que o tema é tratado, em que tipos de gêneros jornalísticos é abordado, qual a posição apresentada pelos textos e os argumentos utilizados, além de uma análise do enquadramento jornalístico dado ao tema a partir da identificação da principal controvérsia: as cotas raciais. A partir dessa proposta, nos debruçamos sobre a orientação dada pela publicação a uma política inclusiva, como as ações afirmativas, com atenção especial a maneira como são tratadas as cotas raciais, um dos formatos de ação afirmativa aplicados no ensino superior brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Cotas; Mídia; Ensino Superior; Editora Abril; Inclusão social.

1. Introdução

As ações afirmativas hoje estão incorporadas ao ensino superior público brasileiro, sendo utilizadas para o ingresso de estudantes nas 97 instituições que compõem a rede federal de ensino (institutos de tecnologia e universidades) e em 32 universidades estaduais, o que equivale a quase 90%. Além disso, elas também se fazem presentes no ensino privado desde a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), em 2005.

No ensino superior público ações afirmativas, implantadas gradualmente nas instituições estaduais e federais de ensino a partir do início da década passada e consolidadas através da lei federal sancionada em 2012, a Lei de Cotas, possuem um objetivo definido, estando voltadas a públicos específicos:

Os programas de ação afirmativa que passaram a ser implantados a partir de 2002 buscaram criar oportunidades para ampliar a inclusão no ensino superior de grupos anteriormente pouco presentes nesse nível de ensino: estudantes oriundos de escolas públicas, estudantes de menor renda, negros e indígenas (HERINGER, 2010, p. 138).

Elas podem ser descritas como programas, políticas ou iniciativas, públicas ou privadas, destinadas a grupos sociais discriminados historicamente e/ou vítimas de exclusão. Estão normalmente voltadas ao mercado de trabalho, educação, serviços de saúde, fornecimento de créditos financeiros e processos políticos.

Entre as medidas que se enquadram como ações afirmativas estão à contratação e promoção de membros de grupos discriminados no mercado de trabalho e na educação

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Jornalista do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS). Email: cleyton.lutz@ifms.edu.br.

² Doutor em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Email: renatosuttana@ufgd.edu.br.

através de cotas, bônus ou fundos de estímulo; bolsas de estudo, empréstimos e preferência em contratos públicos: determinação de metas ou cotas de participação nos meios de comunicação e na política: reparações financeiras: distribuição de propriedade e habitação: medidas de proteção a estilos de vida ameaçados; e políticas de valorização identitária. Elas podem ser promovidas pelo Governo Federal, Estadual, poderes locais, empregadores privados e escolas, de maneira descentralizada e voluntária, ou regidas por lei (ZONINSEIN & FERES JR., 2006).

O público-alvo das ações afirmativas é definido não pelo fato de se tratar de um grupo considerado minoritário em termos numéricos, como normalmente pode se supor, mas sim por ser um grupo discriminado historicamente, afetando a capacidade de desenvolvimento de seus membros. Uma vez que o enfrentamento da discriminação se baseia em duas estratégias, uma repressiva-punitiva e outra promocional, cabe à segunda propor o avanço da igualdade utilizando as ações afirmativas como ferramenta. Assim, a política se caracteriza como mecanismo de inclusão social, de caráter especial e temporário, voltado a diminuir o impacto de um passado discriminatório e a acelerar o processo de igualdade (PIOVESAN, 2005; SANTOS, 2007).

São três as modalidades principais de ações afirmativas utilizadas para o ingresso de estudantes no ensino superior público. As cotas constituem amplamente a modalidade mais conhecida, entretanto existem ainda outras duas que devem ser mencionadas: o sistema de bonificação e o acréscimo de vagas. O público beneficiado pelas ações afirmativas é amplo, podendo englobar professores da rede pública, quilombolas, acadêmicos de licenciatura indígena, filhos de policiais ou bombeiros mortos ou incapacitados em serviço, membros de família de baixa renda, deficientes, indígenas, pretos, pardos e estudantes egressos de escolas públicas.

As cotas, tipo mais comum e mais utilizado nas universidades públicas brasileiras, se baseiam na reserva de vagas a públicos específicos. O procedimento consiste em reservar um determinado número ou percentual de postos para os membros do grupo beneficiário, enquanto os demais permanecem disponíveis para a competição aberta. As cotas se encontram divididas principalmente entre reserva socioeconômica, étnico-racial e sociorracial.

As primeiras são voltadas a estudantes egressos de escolas públicas e membros de família de baixa renda, com o percentual de vagas reservadas variando entre 20% a 50%, sendo a mais utilizada antes mesmo da implantação da Lei de Cotas, que teve por princípio padronizar a adoção das ações afirmativas nas universidades federais.

Já as cotas étnico-raciais se destinam a candidatos negros (pretos e pardos) e indígenas, misturando processos de determinação baseados na autoclassificação com comissões dedicadas a analisar as características fenotípicas dos candidatos. A reserva racial “beneficia candidatos com base na etnia e em características fenotípicas, como tom da pele, tipos de traços físicos, cabelos e outros aspectos” (SOUSA & PORTES, 2011, p. 528).

Existem ainda as cotas sociorraciais, que combinam os dois tipos de reserva. Nelas se complementam aspectos socioeconômicos e étnico-raciais, podendo ainda, nesse tipo de reserva, serem contemplados outros tipos de candidatos, como os portadores de necessidades especiais.

No ensino superior federal a predominância é das cotas, graças à Lei de Cotas, que garante a reserva de metade das vagas dessas instituições. A lei, que teve como

principal característica a padronização das ações afirmativas no ensino federal, dividiu as vagas reservadas em forma de subcotas, sendo o sistema de ingresso organizado da seguinte maneira: "(1) candidatos egressos de escolas públicas, (2) candidatos de escolas públicas e baixa renda, (3) candidatos pretos, pardos e indígenas de escola pública, e (4) candidatos pretos, pardos e indígenas de escolas públicas e baixa renda" (FERES JR. et al., 2013a, p. 7).

Já nas universidades estaduais, não incluídas na referida lei, o panorama é mais heterogêneo, embora as cotas também sejam predominantes. Das 37 universidades estaduais existentes no Brasil, 32 utilizam algum tipo de ação afirmativa, sendo que 28 usam cotas.

De maneira geral, a modalidade de ação afirmativa mais utilizada para o ingresso no ensino superior público é a política de cotas, que se baseia em critérios sociorraciais, através da promoção do acesso à população negra, indígena e de baixa renda às universidades, o que ressalta o aspecto inclusivo das ações afirmativas.

Além de ser a modalidade de ação afirmativa mais usada no para acesso ao ensino superior público, a política de cotas é também a que gera mais debate, mobilizando opiniões nos meios acadêmico, jurídico, midiático e político, provocando um debate muitas vezes acalorado que reúne jornalistas, formadores de opinião, intelectuais, juristas, políticos e ativistas dos movimentos sociais, que agrega opiniões e argumentos diversos.

Situada dentro do sistema de mídia, a imprensa se constitui em um espaço importante para a compreensão do debate, ao permitir a manifestação das vozes envolvidas, embora isso nem sempre aconteça de maneira equilibrada e respeitando os valores e normas da prática jornalística, como liberdade, independência, credibilidade, verdade e objetividade, conforme cita Traquina (2004).

Ao considerarmos a imprensa como espaço privilegiado para a divulgação de informações em termos de amplitude e repercussão, selecionando os temas a serem abordados e organizando a agenda pública, é importante analisarmos de que maneira as ações afirmativas são tratadas pela imprensa brasileira, reconhecida aqui como o conjunto de produtos jornalísticos que agrega programas de rádio e televisão, portais de internet, jornais e revistas de grande circulação.

Como objeto de análise, escolhemos a revista semanal *Veja*. Mais antiga do gênero em atividade no país, tendo surgido em 1968, hoje o semanário possui a maior circulação em todo o segmento, com tiragem de 1,1 milhão de exemplares semanais, possuindo em torno de 900 mil assinaturas, de acordo com o Índice de Verificação de Circulação (IVC).

A publicação estima ter ainda um alcance 17 milhões de pessoas por semana, entre a edição impressa e as plataformas digitais, como site, edição digital, aplicativo de notícias para celular e *Twitter*. De propriedade da Editora Abril, a maior do Brasil no mercado de revistas, *Veja* pode, portanto, ser considerada um veículo de comunicação significativo no país para entendermos o modo como a imprensa brasileira trata uma política inclusiva como as ações afirmativas.

Levando em consideração as características específicas ao jornalismo praticado nas revistas, como a periodicidade diferenciada, a ênfase na análise e interpretação, o foco nas reportagens e o tratamento visual diferenciado, o objetivo deste trabalho é identificar o tratamento dado pela revista ao tema, a partir de uma breve análise de conteúdo da publicação e do estudo da análise de enquadramento jornalístico. Para isso

destacaremos dados como a frequência das ações afirmativas nas páginas da revista ao longo do período analisado, em que textos jornalísticos eles aparecem, qual a posição prioritária exibida neles e os argumentos utilizados contra e a favor das políticas. A partir deste último item, estendemos a análise de maneira a estudar o enquadramento jornalístico dado especificamente às cotas raciais.

A análise concentra no período que vai de 2008 a 2012, marcado pela grande adesão das universidades brasileiras às ações afirmativas, principalmente nos anos de 2008-2009, quando 28 instituições públicas passaram a utilizar algum tipo de ação afirmativa, e pela intensificação do debate sobre o projeto de lei responsável por instituir as cotas nas universidades federais.

2. Aspectos metodológicos

O estudo de *Veja* se pauta nas análises de conteúdo e enquadramento jornalístico. Através dele foi possível destacar características gerais da revista, tais como a frequência do tema, os gêneros jornalísticos em que foi tratado, o posicionamento e os argumentos expressos nos textos e a análise do enquadramento que a publicação dá às ações afirmativas.

Sobre análise de conteúdo em especial, vale destacar que está voltada primordialmente a materiais de comunicação (verbal ou não verbal), como cartas, livros, entrevistas, fotografias, filmes, jornais, revistas, cartazes, música, etc.

Bauer (2002) chama a atenção para o fato de que os estudos sobre a mídia têm sido responsáveis por uma revitalização da metodologia. Entre os fatores que contribuem para isso estão a digitalização de arquivos de jornais, emissoras de rádio e televisão, responsáveis por aumentar a oferta de textos disponíveis. Voltada para os meios de comunicação, a análise de conteúdo enfoca cosmovisões, indicadores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos, de maneira comparativa: “A AC [análise de conteúdo] é a pesquisa de opinião pública com outros meios” (BAUER, 2002, p. 192).

A imprensa foi, por sinal, um dos primeiros objetos de estudo da análise de conteúdo:

A partir do princípio do século, durante cerca de quarenta anos, a análise de conteúdo desenvolveu-se nos Estados Unidos. Nesta época o rigor científico invocado é o da medida e o material analisado é essencialmente jornalístico. A Escola de Jornalismo de Columbia dá o pontapé inicial e se multiplicam assim os estudos quantitativos dos jornais. É feito um inventário de rubricas, segue-se a evolução de um órgão de imprensa, mede-se o grau de "sensacionalismo" dos seus artigos, comparam-se os periódicos rurais e os diários citadinos (BARDIN, 2011, p. 21).

Desenvolvida primordialmente para a análise de material textual impresso (BAUER, 2002), a análise de conteúdo é uma importante metodologia no estudo da produção jornalística, objeto deste trabalho.

O tipo de análise utilizada aqui será a temática, obedecendo à classificação proposta por Bardin (2011). Voltada para a contagem de um ou vários temas ou itens de significação, como palavras ou frases, por exemplo, a análise temática de conteúdo é indicada principalmente no caso de mensagens simples e diretas, que é aquele dos textos jornalísticos em questão.

Tendo como tema as "ações afirmativas", a análise de *Veja* teve como fonte o acervo da publicação. A partir da definição do *corpus* - todas as edições publicadas entre 2008 e 2012, da n. 2.042 de 9 de janeiro de 2008 a n. 2.301 de 26 de dezembro de 2012 - foi feita a busca no acervo da revista, de acordo com a regra da exaustividade, já que todas as edições no período escolhido foram pesquisadas.

Para a seleção dos textos a serem analisados foi efetuada uma busca no acervo pela presença dos termos "ações afirmativas", "políticas afirmativas" e "cotas", sendo descartados, obviamente, os textos em que o termo "cotas" não se refere às políticas de ingresso no ensino superior.

No estudo da revista, a análise de conteúdo serviu principalmente para identificar a frequência do tema no período pesquisado (entre os anos de 2008 e 2012) e em que gêneros jornalísticos ele foi tratado, seguindo a divisão baseada entre notícia, entrevista, reportagem, editorial, crônica, fotolegenda, artigo de opinião e colunas de citações.

Também foi verificada a posição expressa nos textos. Essa posição foi identificada a partir dos termos usados para qualificar as ações afirmativas, tais como, por exemplo, "discriminatórias", "equivocadas", "inexpressivas", "limitadas", "nefastas", "racialistas", "ruinosas", entre outros, sendo estes exemplos utilizados a título de ilustração, pois foram extraídos dos próprios textos de *Veja*. A partir deles, foi possível definir a posição predominante exibida nos textos, dividida aqui entre contrária, favorável ou neutra, sendo que neste último caso, trata-se das ocasiões em que as ações afirmativas são apenas mencionadas nos textos.

Já a definição dos argumentos se baseou na exploração do material e na contribuição dos autores que se dedicam à análise da argumentação utilizada em torno das ações afirmativas, seja no debate público ou na produção acadêmica.

Com relação a análise do enquadramento temático geral, nos baseamos na identificação da principal controvérsia presente nos textos, a partir das considerações de Porto (2001, 2004), em nível interpretativo, observando a posição de *Veja* sobre o tema: as cotas raciais. Para isso foram levados em conta os argumentos produzidos sobre as ações afirmativas e as consequências associadas a eles.

A discussão sobre a posição da revista se utiliza também da tendência que a imprensa tem de produzir através de seus diversos produtos jornalísticos "reportagens de jornais racistas ou tendenciosas, editoriais, e artigos de opinião [que] não apenas emergem espontaneamente conforme as ideologias étnicas dos jornalistas (brancos), mas também dentro de um complexo contexto de elaboração e programação de notícias diárias" (DIJK, 2014, p. 21).

A partir do enquadramento dado às cotas raciais, principal controvérsia identificada, convém analisar o papel de *Veja* na reprodução, não explícita, e manutenção de um discurso racista através de seus textos, com ênfase, principalmente, na caracterização dos grupos de estudantes que concorrem às vagas nas universidades públicas brasileiras. Dessa forma, verifica-se a sub-representação, o silenciamento e a estereotipização dos estudantes cotistas negros, principais alvos de *Veja* na crítica às ações afirmativas.

3. Análise de conteúdo de *Veja*

Foram identificados 29 textos, publicados na revista entre 2008 e 2012, que mencionam as ações afirmativas para ingresso no ensino superior público brasileiro. Em oito deles como tema principal, sendo quatro reportagens e quatro artigos. Nos demais,

elas surgem vinculadas a outros temas. As políticas foram abordadas em editoriais, frases da semana, entrevistas, reportagens e artigos de opinião.

O tratamento dado ao tema na revista tem maior incidência no ano de 2012, marcado pelo debate sobre a aprovação da Lei de Cotas. No restante do período o tratamento dado ao tema possui padrão irregular, recebendo maior ênfase em 2009, ano em que ocorreram duas representações judiciais contra as cotas no STF, ambas questionando sua constitucionalidade. Vale destacar ainda que, durante o período, em seis oportunidades, o debate sobre a lei ou sua constitucionalidade serviu como "gancho jornalístico" para os textos.

Tabela 1 - Tratamento dado ao tema ao longo dos anos (2008-2012)

Ano	Número de textos
2008	4
2009	6
2010	2
2011	5
2012	12
Total	29

Fonte: laboração própria

O tema aparece mais em artigos de opinião, seguindo-se as reportagens e entrevistas. Ações afirmativas ainda estiveram presentes na capa da revista por duas vezes nesse período, e em outras três oportunidades o tema foi tratado nas chamadas feitas na revista impressa para o conteúdo *online* disponível em *Veja.com*, incluindo as chamadas para a seção "Perguntas & Respostas", mantida de maneira fixa na página. As ações afirmativas também foram tema das correspondências (cartas ou *e-mails*) enviadas pelos leitores e publicadas em dez edições da revista, sendo que em duas delas estiveram entre os assuntos mais comentados da semana.

Em apenas três oportunidades o tema foi identificado prioritariamente por "ações afirmativas" ou "políticas afirmativas", em sentido mais amplo. Nas demais, a identificação foi feita pelo termo "cotas", modalidade mais utilizada para ingresso no ensino superior.

Tabela 2 - Ações afirmativas por gênero em Veja

Ano	Número de textos
2008	4
2009	6
2010	2
2011	5
2012	12
Total	29

Fonte: Elaboração própria

A grande maioria dos textos apresentou posicionamento predominantemente contrário às ações afirmativas, conforme pode ser verificado na Tabela 3. Em alguns poucos textos não foi emitido um ponto de vista claro sobre o tema, sendo este apenas mencionado; e em número ainda menor foi apresentado um posicionamento favorável.

A definição do posicionamento se baseou nos termos utilizados para qualificar as ações afirmativas, as cotas, o projeto e a lei em capas, chamadas, títulos, linhas-finas, subtítulos, corpo dos textos, legendas e infográficos. Entre os termos usados, pode-se

citar "discriminatórias", "ruinosos", "populistas", "nefasta", "injusta", "destruidoras", "confusa", "infelizes", "ruim", "equivocadas", "ideológicas", "limitadas", entre outros.

A análise dos argumentos contidos nos textos se baseia na exploração do material, levando em consideração, além dos termos utilizados para qualificar as ações afirmativas, a presença de palavras-chave, como *educação básica*, *ensino superior*, *discriminação*, *mérito*, *raça*, *racismo* e *racialização*. A partir dos termos chave, é possível verificar como são organizados os argumentos presentes nos textos e de que maneira eles podem ser divididos. Para efeito de análise, os argumentos foram agrupados em torno de 14 tipos, de acordo as semelhanças existentes entre as ideias centrais de cada um.

Tabela 3 - Posicionamento predominante dos textos na revista

Seção	Número de textos
Artigo	11
Reportagem	9
Entrevista	6
Editorial	2
Frases	1
Total	29

Fonte: elaboração própria

Na tabela abaixo estão listados, por ordem de incidência em números absolutos e porcentagens, todos os argumentos utilizados nos 29 textos. Salientamos ainda que pode haver mais de um argumento por texto.

Tabela 4 - Os argumentos em Veja de acordo com a frequência

Argumento sobre as ações afirmativas	Textos
Intensificam problemas como racismo, discriminação e o preconceito	10
Desrespeitam o mérito acadêmico	10
O acesso desigual ao ensino superior se deve ao nível da educação básica	9
O conceito de raça, na qual se baseiam as políticas, é questionável	5
Comprometem a qualidade do ensino superior	5
Devem possuir unicamente critério socioeconômico	4
Tendem a provocar a racialização da sociedade brasileira	3

Exemplos de outros países provam que as cotas não funcionam	2
São uma estratégia populista e eleitoreira	2
Desrespeitam a democracia	2
Exemplos brasileiros mostram resultado pouco efetivo	1
São uma forma de compensação e reparação	1
Incentivam a diversidade	1
São inconstitucionais	1

Fonte: elaboração própria

4. Análise de enquadramento de *Veja*

Seguindo recomendações de Porto (2001, 2004), a análise do enquadramento que *Veja* dá às ações afirmativas se baseia na análise de conteúdo desenvolvida até agora, partindo da identificação da principal controvérsia sobre o tema: as cotas raciais para estudantes negros, sendo essa definição diretamente relacionada aos itens descritos na análise de conteúdo. Vale destacar que, conforme será tratado no decorrer da análise, a revista em alguns momentos chega a reconhecer a necessidade das cotas sociais, para estudantes de baixa renda. No entanto, as cotas raciais são criticadas de forma bastante incisiva.

O nível de enquadramento aqui utilizado é o interpretativo. Ele é descrito por Porto (2004, p. 92) como sendo padrões de interpretação que promovem avaliações de temas ou eventos "incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento, etc". As avaliações, causas e soluções, que permitem a identificação dos enquadramentos, são aspectos que podem ser relacionadas diretamente ao posicionamento apresentado nos textos, aos argumentos utilizados e à apresentação de prognósticos sobre as cotas raciais.

A posição pode ser identificada pelos termos usados para qualificar as cotas ou seu projeto de implantação. Entre eles estão "discriminatórias", "injustas", "preconceituosas", "infelizes" e "ruinoso". Seguindo os dados apresentados na Tabela 3, os textos exibem uma posição prioritariamente contrária às cotas em mais de 70% deles, incluindo as de caráter racial.

Com relação aos argumentos, pelo menos três deles, presentes na Tabela 4 se referem exclusivamente às cotas raciais: os que afirmam que elas intensificam o racismo, a discriminação e o preconceito; que as cotas podem levar à racialização da sociedade brasileira; e que elas se baseiam em um conceito questionável de raça.

De maneira geral, na argumentação de *Veja* sobre as cotas raciais no período destacam-se três aspectos: os prognósticos de que o Brasil tende a se tornar um Estado racializado a partir da adoção das ações afirmativas, a defesa da ideologia da mestiçagem e a minimização e reversão do racismo, associando ao público-alvo das cotas.

Para a revista, as cotas raciais podem ter como consequência o surgimento de um Estado racializado, marcado pela segregação e por violentos conflitos sociais.



Figura 1 - Reportagem da edição n. 2.102
 Fonte: Acervo Digital

Esta proposição é feita em algumas reportagens no período analisado. Uma delas se chama “Uma segunda opinião”, publicada em março de 2009. Tendo como objetivo discutir o que viria a ser a futura Lei de Cotas, então em debate no Congresso, o texto da reportagem afirma:

Estabelecer direitos distintos com base na cor da pele, como prevê o atual projeto [de lei das cotas] significa dar amparo legal a ideia de que negros e brancos devem ser tratados diferentemente — em oposição ao que diz na própria Constituição brasileira. [...] Com outras intenções foi essa mesma ideia absurda a base do único regime contemporâneo erguido sobre o conceito de separação racial, o apartheid da África do Sul, que de 1949 até ser desmontado, em 1994, justificou a segregação entre grupos de pessoas e a supremacia de um deles, os brancos, sobre outro, os negros (n. 2.102, p. 69).

Observe-se que não se trata de uma fonte consultada pela reportagem, é a própria revista que faz a comparação do Brasil com a África do Sul do apartheid. O exemplo de outros países constitui, na opinião de *Veja*, um motivo palpável para rejeitar as cotas

raciais no Brasil. Ao longo de outras reportagens, novos exemplos são citados, se tratando de países com constituição histórica completamente diferente do Brasil.

Tal ponto de vista é reforçado em outra reportagem, publicada também em 2009, intitulada “Querem dividir o Brasil como na foto?”. Ela se baseia em um livro do sociólogo Demétrio Magnoli: “Descobre-se em ‘Uma gota de sangue’ que as atuais políticas de cotas derivam dos mesmos pressupostos clássicos sobre raça que embasaram num passado não tão distante a segregação oficial de negros e outros grupos” (n. 2.128, p. 88).



Figura 2 - Reportagem da edição n. 2.128
Fonte: Acervo Digital

A texto utiliza diversos exemplos para "alertar" sobre os perigos trazidos pelas cotas raciais para estudantes negros. Nas reportagens são mencionadas a Alemanha nazista, os conflitos entre castas na Índia, o genocídio em Ruanda, o regime de segregação racial na África do Sul e em algumas regiões dos Estados Unidos. De acordo com a revista, eles indicam os rumos que o país pode tomar caso continue utilizando as cotas raciais: "Adotar políticas raciais, agora, significaria criar no Brasil uma minoria com privilégios. Em democracia, a existência de minorias com tratamento especial quase sempre resulta em encrenca" (Ibid., p. 93).

A análise de como *Veja* enquadra as cotas raciais para estudantes negros – através de sua posição, argumentos e consequências apresentadas – deve levar em consideração dois aspectos importantes. A revista reconhece a desigualdade racial, que faz com o que o acesso ao ensino superior também seja desigual, e chega a admitir em alguns momentos a existência de cotas baseada em critérios socioeconômicos.

Em outras reportagem "Distorção na pele", publicada em maio de 2012, por exemplo, a desigualdade de oportunidades entre negros e brancos é descrita como uma "doença evidente e cruel", sendo resultante da escravidão no país: "O Brasil tem uma

dívida com a sociedade, a mais deletéria de suas ocorrências históricas — a escravidão" (n. 2.267, p. 73).

A desigualdade educacional também é reconhecida. Na reportagem "O grande erro das cotas", publicada em agosto de 2012, o acesso desigual aos cursos de graduação no Brasil é descrito no editorial, em legendas e na reportagem como "um problema real" e "injustiça". A revista chega, inclusive, a admitir as cotas socioeconômicas, ainda em "Uma segunda opinião":

Estabelecer cotas pelo critério econômico, que leve em conta também o mérito, é urna saída que tem sido estudada. (...) Em teoria, esse modelo seria menos problemático do que aquele que gira em torno da raça - mais especificamente, no favorecimento oficial de um grupo racial em detrimento de outro (n. 2.102, p. 68).

Assim é possível perceber que a oposição da revista se concentra prioritariamente nas cotas raciais para estudantes negros: "A ideia de conceder estímulos aos que sempre viveram em desvantagem é boa e justa. Mas, ainda que se conclua que a universidade é o melhor lugar para essa ação, o critério racial não é o mais sensato para balizá-la" (n. 2.284, p. 72).

Para Silvério & Mohelecke (2009) a polêmica criada em torno das ações afirmativas de caráter racial especificamente existe principalmente porque elas questionam a ideologia da democracia racial e da mestiçagem, constitutiva da identidade e unidade nacional segundo a qual não haveria espaço para divisões ou diferenciações de raça.

D'Adesky (2009, p. 138) descreve a mestiçagem como um fetichismo da identificação racial baseado no descrédito das heranças culturais africanas e indígenas e na sobrevalorização da cultura e das normas das sociedades ocidentais:

O lugar privilegiado que destina aos elementos da cultura ocidental presume, por meio das interações interindividuais e intergrupais, um imperialismo devastador e destruidor daquilo que constitui a especificidade dos povos, especialmente as estruturas culturais e a memória coletiva.

Dessa forma o elogio à mestiçagem, apesar de idealizar a abertura e a mistura, se volta essencialmente a um caráter homogeneizador, unificador e padronizado, centrado no branqueamento progressivo. Ou seja, a cultura da mistura inter-racial concebe o mestiço segundo o tipo ideal branco, desprezando o tipo negro por não representar o padrão ideal. A mestiçagem resulta numa clivagem que supõe a exclusão do indivíduo negro, julgado inferior, mas passível de assimilação pela mestiçagem inter-racial.

Já a democracia racial corresponde à projeção do Brasil como um país multirracial capaz de congrega diferentes raças sem preconceito ou discriminação. Assim, a negação sistemática do racismo durante muito tempo fez com o tema se tomasse um tabu, mediante a defesa da cordialidade, que inibe qualquer tipo de conflito racial, e da igualdade de oportunidades entre brancos e negros, sendo a desigualdade existente no Brasil decorrente de fatores sociais e não dos raciais.

Essas características fazem com que o racismo seja pouco reconhecido e discutido no país, devido a uma pretensa ideia de harmonia e cordialidade, que camufla a realidade do racismo no Brasil uma vez que ele não aparece como institucionalizado nem intencional.

Veja é uma defensora da ideologia da miscigenação: "Não se trata de mito: análises genéticas da população demonstram que o DNA de um brasileiro tem, em média, proporções iguais de herança maternas de origem europeia, africana e ameríndia" (n. 2.128, p. 91).

Para reforçar essa tese, a reportagem "Queremos dividir o Brasil como na foto?" apresenta ainda um infográfico, baseado em um estudo do geneticista Sérgio Pena, uma das fontes consultadas para a matéria, para comprovar que somos um "país de mestiços".

Utilizando o critério de cientificidade para tornar seu argumento mais crível, *Veja* afirma ser impossível distinguir a raça dos brasileiros a partir da herança genética, já que em geral a população combina os genes africano, ameríndio e europeu. O infográfico traz ainda a porcentagem de genes da população de acordo com as regiões do país.

A revista também recorre com frequência no período analisado ao caso dos gêmeos univitelinos Alex e Alan da Cunha, que teriam sido classificados um como negro e outro como branco durante um processo seletivo da UnB. O caso é mencionado em artigos e reportagens da revista, mesmo sem maiores detalhes sobre em que tipo de situação isso teria ocorrido.

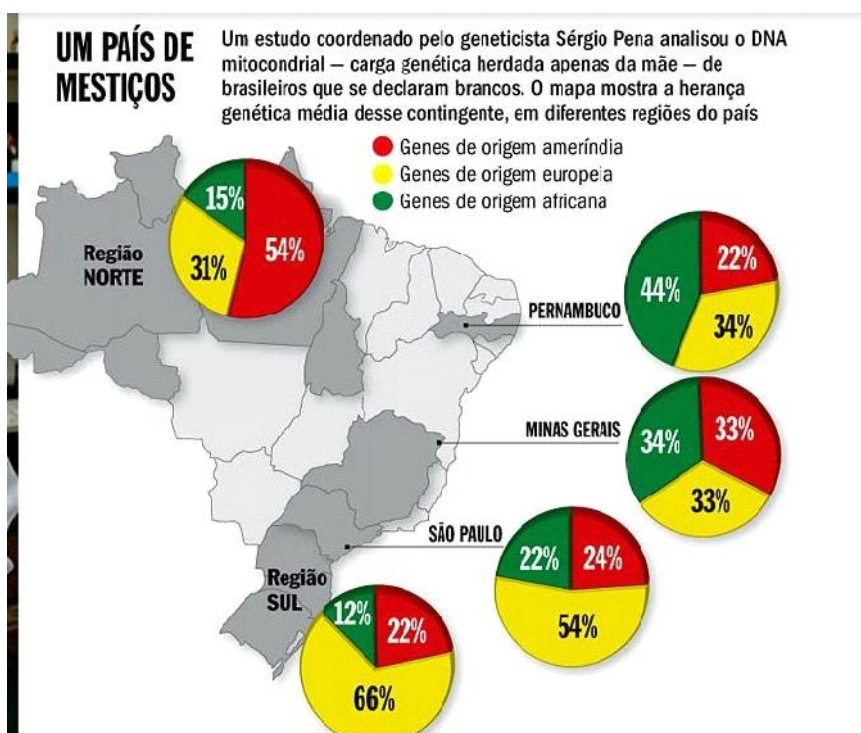


Figura 3 – Infográfico da edição 2.128
Fonte: Acervo Digital

Veja minimiza ainda a existência do racismo, que para ela existirá apenas caso sejam adotadas políticas como as cotas raciais. É isso que afirma Magnoli, fonte mais consultada pela revista para as reportagens sobre a política de cotas: "Eles [promotores das políticas] querem criar um racismo de massas no Brasil. Há, sim, um racismo difuso, mas não um ódio racial de massas" (Ibid., p. 93).

Tanto a oposição de *Veja* às cotas raciais, com a apresentação de suas supostas consequências, quanto à defesa da miscigenação ou ainda a minimização do do racismo no Brasil podem ser relacionados à reprodução do racismo através do conteúdo da revista

e de outros órgãos de comunicação do país.

Dijk (2012) compreende o racismo com um complexo sistema social de dominação, baseado na etnia ou na raça, e sua conseqüente desigualdade. Esse sistema está dividido em dois subsistemas, um social e outro cognitivo. O primeiro consiste nas práticas sociais de discriminação em nível local e relações de abuso de poder por grupos, organizações e instituições dominantes. Já o segundo corresponde à base mental para a reprodução de modelos tendenciosos de interações e eventos étnicos, que se encontram enraizados em preconceitos e ideologias racistas, podendo ser verificados através de práticas discriminatórias de membros de grupos e instituições dominantes.

No que se refere especificamente ao papel desempenhado pela mídia, recentemente alguns trabalhos vêm se debruçando sobre a reprodução de um discurso racista através dos meios de comunicação, incluindo a imprensa, como unia das formas da manutenção de atitudes racistas e discriminatórias:

Já que o racismo não é inato, mas aprendido, deve haver meios para esse processo de aquisição ideológica e prática. As pessoas aprendem a ser racistas com seus pais, seus pares (que também aprendem com seus pais), na escola, com a comunicação de massa, do mesmo modo que a observação diária e a interação nas sociedades multiétnicas (DIJK, 2014, p. 15).

Com base nisso é inegável a importância de produtos midiáticos como jornais, revistas, filmes e programas de televisão, ao lado de obras literárias, livros didáticos e estudos científicos, na solidificação de práticas racistas cotidianas. A mídia, em especial, "participa da sustentação e produção do racismo estrutural e simbólico da sociedade brasileira uma vez que produz e veicula um discurso que naturaliza a superioridade branca, acata o mito da democracia racial e discrimina os negros" (SILVA & ROSEMBERG, p. 74, 2014).

O racismo perpetuado pelos meios de comunicação é sutil e não explícito. Ele também se caracteriza pela negação do próprio racismo, já que ser qualificado como racista ou intolerante pode desacreditar o órgão de comunicação e tomá-lo passível de crítica. Por isso, explica Dijk (2014), ao mesmo tempo em que exalta a sua tolerância, é comum os meios de comunicação associarem determinados grupos raciais e étnicos ao crime, violência e formas ilegais de resistência.

Na imprensa, especificamente, o racismo pode ser verificado através de reportagens tendenciosas, editoriais e artigos de opinião, que emergem fundamentados nas ideologias étnicorraciais dos jornalistas, quase sempre brancos, e no complexo sistema de elaboração de notícias inerentes à prática jornalística. Uma vez que a maior parte do conteúdo veiculado pela imprensa utiliza rotineiramente fontes institucionais – governos, parlamentos, tribunais, universidades, etc – e também, na maioria das vezes, brancas, as reportagens raramente apresentam um ponto de vista favorável aos negros ou indígenas.

Além disso, como a maioria dos líderes jornalistas não faz parte de grupos minoritários mostram pouco interesse ou motivação em desafiar e corrigir essas reportagens e opiniões tendenciosas. Nesse sentido, por causa de seu papel na mídia das elites, tanto jornais como tvs acabam contribuindo a seu modo para a representação discursiva do racismo na sociedade (DIJK, 2014, p. 21).

Os jornalistas, situados dentro das elites simbólicas, articulam o racismo a partir de

princípios organizadores como a ênfase nos aspectos positivos do grupo dominante e dos aspectos negativos do grupo discriminado. Assim é feita a exaltação do grupo dominante em face da depreciação do grupo discriminado. Dijk (2012, 2014) destaca alguns exemplos de configuração de um discurso racista por parte da imprensa.

Essa postura contribui não apenas para a reprodução de um discurso racista como também para a própria invisibilidade do tema, conforme destaca Ramos (2002), uma vez que os casos de racismo são tratados pela imprensa apenas em situações extremas e praticamente inexistem discussões aprofundadas sobre o tema.

A existência de um comportamento racista pode ser verificada no tratamento que *Veja* dá às ações afirmativas, especialmente às cotas raciais para estudantes negros, através da caracterização de dois grupos distintos. Um, o dominante e exaltado, mas vítima das ações afirmativas; e outro, o discriminado e depreciado, mas o grande beneficiário das políticas, que por isso são tão criticadas.

De um lado estão os estudantes brancos, membros da elite e que estudaram nas melhores escolas particulares, sendo os detentores legítimos do "mérito" de que tanto fala a revista e os maiores prejudicados pelas cotas. São eles que comemoram a aprovação nas universidades federais na foto de abertura de "Uma segunda opinião". Também são eles que protestam contra as cotas e são descritos como "os prejudicados" na imagem que apresentada no início de "O grande erro das cotas".

De outro lado aparecem estudantes negros, de famílias pobres e advindos do ensino básico público deficiente, que só conseguem chegar às universidades graças a uma política eleitoreira como as cotas. A eles não cabe mérito, sendo que, além de ficarem com as vagas, que de direito pertencem à elite branca, ainda prejudicam a excelência do ensino superior brasileiro, pois são menos preparados e capazes. E, mesmo quando conseguem concluir os cursos, aos egressos negros caberão apenas empregos e cargos de menos destaque, já que ascenderam única e exclusivamente em virtude das cotas.

Essa lógica discursiva é o que leva a revista a afirmar que a seleção de estudantes para o ingresso no ensino superior público antes da Lei de Cotas "respeita a meritocracia. Os que estudam nas melhores escolas entram nas universidades públicas – na média, superiores" (n. 2.284, p. 72). As melhores escolas a que o texto se refere são identificadas na mesma reportagem como as privadas. Ou que, com a aprovação da lei, os "alunos menos preparados têm acesso às melhores universidades, o que fere a meritocracia e põe em risco a qualidade da pesquisa acadêmica e o nível de ensino" (Ibid.).



Figura 4 - Reportagem da edição n. 2.287
Fonte: Acervo Digital

Em “Uma segunda opinião”, dedicada a criticar o projeto de lei, na época em discussão na Câmara e no Senado, se afirma: "Se ele for aprovado, metade dos candidatos terá acesso à universidade usando como passaporte de entrada o vago e cientificamente desacreditado conceito de raça. Adeus ao mérito individual. Com ele de despedem também a produção do conhecimento científico e avanço acadêmico" (n. 2.102, p. 67). Ou seja, para a revista, a entrada dos estudantes negros nas universidades através das cotas não é apenas injusta com os estudantes brancos das escolas particulares, os verdadeiros merecedores das vagas, como também tende a provocar a ruína do ensino superior brasileiro.

Na mesma reportagem, em outro trecho, os estudantes das famílias brancas, que ascenderam socialmente em decorrência unicamente do seu esforço individual, são postos mais uma vez como os grandes prejudicados pelas ações afirmativas. Ressalta-se ainda neste trecho a revista coloca as minorias como culpadas por seus próprios fracassos, sendo este mais um mecanismo de reprodução do racismo:

Tais vagas seriam destinadas preferencialmente a negros, pardos e índios. Esse contingente, é de presumir — pois do contrário não faria sentido ter cotas —, é menos preparado academicamente do que dezenas de milhares de estudantes rejeitados pela simples razão de terem nascido brancos e de pais que suaram a camisa para galgar um degrau mais alto na pirâmide social brasileira. Os efeitos de longo prazo dessa injustiça são ruinosos. Ela pune o esforço individual e cria uma casta de "profissionais de cotas", cuja maioria pode até ser muito bem aceita em empregos de segunda linha, mas, certamente, será discriminada no preenchimento de postos de trabalho mais bem pagos e com exigências curriculares impecáveis (Ibid., p. 71-2).

O futuro profissional dos cotistas é tratado em outra reportagem, intitulada “Distorção na pele”, publicada em maio de 2012, mais uma vez apontando as limitações impostas pelas ações afirmativas e a falta de capacidade dos estudantes negros: “As cotas podem criar uma casta de profissionais que, tendo escapado da escolha por meritocracia e beneficiando-se apenas da cor da pele, passem a ser vistos de modo preconceituoso” (n. 2.267, p. 73).

Dessa forma, é impossível dissociar o comportamento de *Veja* do padrão de tratamento dado aos negros nos meios de comunicação, conforme destacam Silva & Rosemberg (2014). Com base em pesquisas sobre o tema, os autores destacam três características principais: a sub-representação, silenciamento e estereotipização dos negros.

É através dessas características que a revista ignora e silencia os estudantes negros ou os demais defensores das políticas, que sequer foram consultados para a produção das matérias. Além disso, a publicação cria uma caracterização negativa para os cotistas, descritos como incapazes de conseguirem uma vaga na universidade pública através de seus próprios méritos e menos preparados para o ensino superior, fato que compromete a qualidade das nossas universidades públicas, sendo que a eles, futuramente, caberão apenas empregos de menor prestígio.

Para reproduzir o racismo em suas páginas, a revista se vale ainda de outro recurso bastante comum: a negação do próprio racismo, acompanhada de sua reversão, já que “a forma radical de negação é a reversão: *nós* não somos culpados de nenhum ato negativo, *eles* é que são. Ou *nós* não somos racistas, *eles* é que são os *verdadeiras racistas*” (DIJK, 2012, p. 165).

Através da reversão, o racismo praticado é negado e associado ao comportamento ou iniciativas voltadas aos grupos discriminados. Isso é que faz a revista qualificar as ações afirmativas como racistas e discriminatórias, e não como uma forma de combate ao racismo e à discriminação. Associadas à luta do movimento negro, as ações afirmativas são descritas como “políticas públicas racistas” (n. 2.102, p. 68), destinadas a “criar um racismo de massas de Brasil” (n. 2.128, p. 93) ou que “as bolsas por raça ou cor são altamente discriminatórias” (n. 2.288, p. 24).

Para entender como a imprensa trata as ações afirmativas, Dijk (2012, p. 166-7) explica que, embora instituições e empresas – como as do mercado de comunicação – tendem a difundir uma imagem vinculada à tolerância e à negação do racismo, políticas sociais, como as ações afirmativas, simbolizadas pelas cotas, podem entrar em conflito com interesses e ideologias: “Nesse caso, outros valores, tais como a livre iniciativa e especialmente a competitividade econômica, se colocam contra os valores subjacentes à política social”.

Com relação às cotas, a posição da imprensa ganha contornos bem definidos: “A oposição às quotas, conseqüentemente, é negada de forma mais enfática como expressão de discriminação ou racismo porque se considera que contribuem para diminuir em vez de aumentar a qualidade, além de ser uma forma inaceitável de favorecimento de grupos”. Dessa maneira, a aceitação das ações afirmativas – inclusive por parte dos grandes conglomerados que dominam os meios de comunicação e, por consequência, a imprensa – depende dos interesses empresariais definidos pelas elites (brancas) que as controlam.

No caso específico de *Veja*, é indispensável levar em consideração dois aspectos. O primeiro deles é que o Grupo Abril — do qual faz parte a Editora Abril, responsável por *Veja* e mais dezenas de títulos no mercado de revistas — possui também um setor voltado à educação identificado dele, a Abril administra as editoras Ática e Scipione.

Além das editoras, responsáveis pela edição de material didático e paradidático, Abril oferece também sistemas de ensino, soluções educacionais e ensino de idiomas. Mas o mais importante para a nossa análise é o fato da Abril Educação possuir uma rede de escolas privadas e cursos preparatórios para processos seletivos espalhada por todo o país, que recentemente recebeu o nome de “Somos Educação”.

Ou seja, devido à abrangência empresarial da Abril e sua atuação no ensino privado, é possível compreender porque *Veja* critica tanto as cotas e coloca os estudantes das escolas particulares, clientes do Grupo Abril, como as grandes vítimas das políticas, reproduzindo o racismo em seus artigos, editoriais e reportagens.

O outro aspecto, que não pode ser dissociado do primeiro, é que quando *Veja* tece críticas pesadas às ações afirmativas e classifica os estudantes das escolas privadas, a revista está preocupada também com seu público leitor. Sendo composto em 70% por pessoas que se encontram nas classes A e B, sendo possível presumir também que em sua grande maioria brancos, já que no Brasil a renda mensal per capita média dos brancos é 92% superior à dos negros (IPEA, 2011). Por consequência, o número de estudantes brancos no ensino privado, as "grandes vítimas" das ações afirmativas para *Veja*, também é maior.

O público do Grupo Abril no mercado educacional coincide com os leitores de *Veja*, por isso a ênfase na crítica às ações afirmativas, em especial às cotas raciais. Dessa forma, *Veja* tenta influenciar o debate público sobre o tema, muitas vezes através de um discurso racista, para não prejudicar a atuação da Abril no mercado empresarial e, ao mesmo tempo, satisfazer seus leitores/consumidores, em sua maioria branca, com alto nível de renda, cujos filhos estão matriculados no ensino privado.

5. Considerações finais

Mediante a análise de conteúdo de *Veja*, levando em consideração a posição e os argumentos expressos em seus textos e o enquadramento dado as cotas raciais, alguns aspectos merecem ser destacados.

A oposição de *Veja* às ações afirmativas e, especialmente, às cotas raciais está intimamente ligada a atuação do Grupo Abril, responsável pela publicação de *Veja*, no mercado empresarial.

Sendo *Veja* um típico órgão de comunicação do mercado oligopolístico brasileiro, marcado pela alta concentração de propriedade, a atuação do Grupo Abril, ao qual a revista pertence, não pode ser dissociada do conteúdo de *Veja*, já que além das revistas o grupo também atua no mercado da educação privada, sendo os estudantes das escolas particulares descritos pela revista como os "grandes prejudicados" pelas cotas. Por isso, as ações afirmativas são tão criticadas, uma vez que prejudicam a ação do grupo no mercado da educação privada, voltada entre outras coisas para a preparação visando processos seletivos no ensino superior.

Para a Abril, é indispensável que os cursos de graduação continuem sendo espaço

restrito, de modo que ela possa seguir lucrando nesse setor. Dessa forma, as ações afirmativas se apresentam uma ameaça não apenas para os estudantes das escolas particulares, de famílias com poder aquisitivo mais alto, como também para a Abril, pois prejudicam os investimentos do grupo na educação privada, uma vez que democratizam o acesso ao ensino superior.

A isso soma-se as características do público-leitor da revista. Quando a publicação faz críticas duras às ações afirmativas, apontando inclusive as possíveis consequências trazidas pela adoção das políticas – através de previsões como as de que o Brasil pode repetir experiências como a Alemanha nazista ou a África do Sul do apartheid – ela se direciona a seu público leitor, formado prioritariamente por pessoas das classes A e B, que somam juntas 70% dos leitores segundo a própria revista, sendo a maioria brancos, conforme nos leva a crer um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), destinado a aferir as desigualdades de gênero e raça no Brasil.

Sendo o ensino superior no Brasil, historicamente, um espaço de interação social dominado pela elite econômica branca, não é nenhuma surpresa que *Veja* se oponha de maneira enfática a uma tentativa de promover a inclusão e a democratização do ensino superior por meio das ações afirmativas, a partir de sua base de leitores constituída.

Ao criticar as ações afirmativas, principalmente no formato das cotas raciais, a revista visa satisfazer seus leitores. Para isso ela se utiliza da reprodução de um racismo não explícito, uma norma-padrão da imprensa, conforme explica Dijk (2012). Baseada na negação do próprio racismo e na sua reversão, associando-o ao grupo discriminado, *Veja* descreve os estudantes cotistas como menos qualificados.

Para a revista, esses estudantes têm acesso às vagas nas universidades públicas unicamente em virtude da cor da pele, prejudicando os estudantes das escolas privadas. Esses estudantes, em sua grande maioria brancos, seriam os detentores do verdadeiro mérito, injustiçados por uma política racista, responsável por provocar a queda na qualidade do ensino superior, a racialização da nossa sociedade e por ocultar os problemas da educação básica no Brasil.

É com base nisso que Santos (2009, p. 94) aponta grandes semelhanças entre os argumentos reproduzidos pela grande imprensa brasileira, onde se situa *Veja*, sobre as ações afirmativas, com os utilizados pelos jornais há mais de um século contra o fim da escravidão. Para o autor, "só mudou o idioma português, que à época era arcaico. A lógica dos argumentos – ou a falta dela – mantém-se a mesma. O debate até aqui tem-se utilizado de sofismas muito bem engendrados que simulam cuidar da qualidade, da excelência e da igualdade".

Ou seja, quanto ataca de forma veemente as ações afirmativas, as cotas raciais ou a Lei de Cotas, *Veja* atende a dois objetivos de uma vez só: satisfazer seu público leitor – prioritariamente brancos, das classes A e B – e não prejudicar sua atuação no mercado da educação privada. Vale destacar que o público da Abril no mercado educacional coincide com os leitores da revista na maioria das vezes.

A revista não demonstra estar preocupada com a democratização e a promoção do acesso ao ensino superior no Brasil, marcado por elevado nível de desigualdade, devido a fatores como renda e raça/cor, que impedem que estudantes de baixa renda, negros e indígenas tenham acesso às universidades públicas no país e às políticas de inclusão.

Dessa forma, é possível afirmar que democracia e inclusão são termos que dizem

muito pouco ao contexto de *Veja*, apesar da função social que os meios de comunicação desempenham – ou deveriam desempenhar – perante a sociedade, como agentes de vigilância, fóruns para debate cívico e agentes de mobilização social. Além disso, os argumentos a que a revista recorre subestimam a necessidade de inclusão em uma sociedade marcada por desigualdades em diversas áreas, incluindo a educação, e que passa por um processo recente de retornada da experiência democrática.

REFERÊNCIAS

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W & GASKELL, G. (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002, p. 189-217.

D'ADESKY, J. **Pluralismo étnico e multiculturalismo**: racismos e arai-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

FERES JR., J. Ação afirmativa no Brasil: a política pública entre os movimentos sociais e a opinião doutra. In: SILVÉRIO, V. R.; MOEHLECKE, S. (orgs.) **Ações afirmativas nas políticas educacionais**: o contexto pós-Durban. São Carlos: EdUFSCar, 2009, p. 35-53.

_____. Aprendendo com o debate público sobre ação, ou como argumentos ruins podem tornar-se bons tópicos de pesquisa. In: PAIVA, A. R. (org.). **Entre dados e fatos**: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Pallas, 2010. p. 157-181.

DIKJ. T. A V. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Racismo e discurso na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

FERES JUNIOR, J. et al. As políticas de ação afirmativa nas universidades estaduais (2013). **Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA)**. IESP-UERJ, nov. 2013, p. 1-25.

HERINGER, R. Ação afirmativa à brasileira: institucionalidade, sucesso e limites na inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil. In: PAIVA, A. R. (org.). **Entre dados e fatos**: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Pallas Ed., 2010, p. 117-144.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Rio de Janeiro/Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retratolindicadores.html>>. Acesso: 8 dez. 2014.

MUNANGA, K. Considerações sobre as políticas de ação afirmativa no ensino superior. In: PACHECO, J. Q.; SILVA, M. N. (orgs.). **O negro na universidade**: o direito a inclusão. Brasília: Fundação Palmares, 2007, p. 7-22.

PACHECO, J. Q.; SILVA, M. N. Introdução. In: (orgs.). **O negro na universidade: o direito a inclusão**. Brasília: Fundação Palmares, 2007, p. 1-7.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. In: SANTOS, S. A. (org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, 2005, p. 35-45.

PORTO, M. P. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A. A. C. **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004, p. 73-104.

_____. A mídia brasileira e a eleição presidencial de 2000 nos EUA: a cobertura do jornal Folha de S. Paulo, **Cadernos do CEAM**, v. 2, n. 6, p. 11-32, 2001.

RAMOS, S. **Mídia e racismo**. Rio de Janeiro: Palias, 2002.

SANTOS, S. A. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas**. 2007. 554 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2007.

SOUSA, L. P.; PORTES, E. A. As propostas de políticas/ações afirmativas das universidades públicas e as políticas /ações de permanência nos ordenamentos legais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 92, n. 232, p. 516-541, set./dez. 2011.

SILVA, P. V. B.; ROSEMBERG, F. Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. In: DIJK, T. A. V. (org.). **Racismo e discurso na América Latina**. 2a edição. São Paulo: Contexto, 2014, p. 73-118.

SILVÉRIO, V. R. Ação Afirmativa: percepções da "casa grande" e da "senzala". **Perspectivas**, São Paulo, n. 26, p. 59-79, 2003.

SILVÉRIO, V. R.; MOEHLECKE, S. Introdução. In: (orgs.). **Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban**. São Carlos: EdUFSCar, 2009, p. 11-16.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.

ZONINSEIS, J.; FERES JR., J. Ação afirmativa e desenvolvimento. In: **Ação afirmativa e universidade — experiências nacionais comparadas**. Brasília: Editora da UnB, 2006, p. 9-45.



Revista África e Africanidades - Ano IX – n. 23, abr.2017 – ISSN 1983-2354
www.africaeafricanidades.com.br